

Ernest Mandel: renda tecnológica no capitalismo contemporâneo

Livio Andrade Wanderley

Considerando a importância das vantagens competitivas na economia globalizada e abordando-a a partir dos ensinamentos sobre rendas tecnológicas de Ernest Mandel em seu, “Capitalismo Tardio”, faz-se necessário fazer uma leitura da hegemonia do capital em sua face comercial, produtiva e, tecnológica e financeira que, historicamente, estão situados através dos períodos: de 1848 a 1896, enquadrado na economia concorrencial; de 1897 a 1945, fase da economia monopolista; de 1946 a 1972, denominado de capitalismo tardio; e o das três últimas décadas até os dias de hoje, referindo-se a atual economia globalizada.

O capitalismo contemporâneo possibilita fazer três reflexões: os ganhos capitalistas são resultados do controle e propriedade da tecnologia; a busca de rendas tecnológicas cria capacidade ociosa latente na atividade produtiva; o capital e o Estado se movimentam no sentido de estabelecer mercados competitivos.

Os dois períodos que estão no intervalo de 1848 a 1945, correspondendo ao do mercado livre e competitivo e ao de graus de monopólios, têm sido, em relação à geração e apropriação da mais-valia, apoiado em uma referência regional, pois foi a partir de diferenciais de produtividade do trabalho entre regiões e/ou nações que se expandiu à criação, acumulação e apropriação da mais-valia absoluta.

Na fase concorrencial a produção se ancorou na primeira revolução tecnológica. A mecânica foi o padrão predominante na produção de bens de consumo. Tratou-se da introdução dos motores a vapor em máquinas que se deu de forma desequilibrada entre os setores, pois as atividades de bens de produção adotavam processos artesanais para a produção de máquinas visando abastecer o setor de bens de consumo, o qual utilizando-se de máquinas artesanais produzia mercadorias de consumo final. Este cenário mostra a transferência de mais-valia do setor de bens de produção para o de consumo, pois este setor registrou maior valor da composição orgânica de capital e da produtividade. Dado que a composição das mercadorias agregava baixo nível de capital, inviabilizou-se a formação de monopólios nesta fase do capitalismo.

Na fase monopolista algumas nações enfrentavam uma alta relação entre capital/trabalho, exigindo-se a expansão do capital produtivo para regiões e/ou nações de baixa produtividade, implicando na geração e apropriação da mais-valia absoluta no interior desses países e na formação de mercados internos. Os processo de produção situou-se na segunda revolução tecnológica fundada na energia elétrica e na eletrônica aplicadas em ambos os setores produtivos. O uso dos motores elétricos e de explosão em todas as atividades definiu um elevado nível de capital na produção propiciando os monopólios. Trata-se da fase da produção de máquinas com máquinas e mercadorias de consumo com novas máquinas. Devido a maior dotação relativa de capital exigida no setor de bens de produção quanto ao de consumo, verificou-se a reversão da transferência de mais-valia, pois este setor passou a transferir mais-valia para o de bens de produção.

Nas fases do capitalismo tardio (1946/72) e globalizado verificaram-se uma mudança qualitativa na criação e na apropriação da mais-valia. Esta passou a ser resultado da competitividade entre as empresas e as indústrias, traduzindo-se na busca de mais-valia relativa. Esse cenário se deve a terceira revolução tecnológica baseada nos *chips*, na automação, na robótica, em novas fontes de energia como a nuclear, na microeletrônica e na biotecnologia. A produção universalizou a industrialização e capitalização em todos os ramos econômicos, provocando um nivelamento médio da composição orgânica de capital entre os setores de produção e de consumo.

Os ganhos capitalistas dependendo de maiores produtividades que estão vinculadas às inovações na produção traduzem-se na busca de rendas tecnológicas. A geração destas rendas envolve três esferas integradas: a pré-produtiva é constituída pela geração de conhecimentos, descobertas e tecnologia com fins lucrativo ligando-se, organicamente, a produção; a produtiva através da

reestruturação da produção e gestão; e a pós-produtiva é geradora de renda resultante de gestão eficiente e da incorporação de alto teor tecnológico no produto, criando competitividade nas relações mercantis.

Em razão da aplicação da pesquisa científica pura e da inovação industrial na produção visando lucro, o trabalho intelectual e a valorização do capital são capazes de acelerar, respectivamente, as atividades de invenção e as aplicações dessas descobertas, implicando na aceleração da inovação tecnológica. Esta proporciona uma maior rapidez no processo de depreciação, por obsolescência, do capital constante fixo, reduzindo o tempo de rotação deste capital. A economia atual sendo norteadada pela aquisição das rendas tecnológicas exige a incessante geração de inovações técnicas, requerendo em relação aos capitais constante e variável um grande nível de produtividade. A obtenção das vantagens competitivas nas relações de comércio parte do fato de que as rendas tecnológicas são pré-requisitos para se ter êxito, significando que o produto além de incorporar um alto teor de inovação técnica, deve-se adotar um sistema de gestão e produção flexível visando reduzir custo e tornar o produto competitivo em termos de qualidade e de preço, bem como a empresa deve adotar a política de lançamento de novos produtos em si e/ou através das inovações dos produtos diferenciados.

A necessidade de criação de rendas tecnológicas enfatiza a importância da apropriação das inovações produtivas resultantes de invenções, descobertas e controle de patentes e *know how*. Isto diferencia as relações de comércio entre as empresas ou indústrias, pois como a competitividade exige uma composição orgânica de capital em níveis elevados que pressiona a taxa de lucro para baixo, a compensação dos ganhos capitalistas nas relações de comércio, passa a ser norteadada pela apropriação de mais-valia relativa por parte dos que detêm maior vantagens competitivas.

As novas tecnologias impossibilitaram as empresas de produzirem apenas para mercados internos, devido às limitações de demanda quanto à capacidade de oferta. Isto se deveu ao uso de máquinas polivalentes, que detêm múltiplas funções, e as mundiais, que têm uma capacidade de produção maior do que os mercados internos, criando-se uma infra-estrutura que pavimentou a internacionalização do capital através dos mercados intra-industriais. A internacionalização calcada na mais-valia relativa tem se dado da seguinte forma: a mobilidade da força de trabalho e do capital não tem sido paralela nem complementar; a mais-valia configurada através das vendas de mercadorias tem sido concentrada em áreas de nações desenvolvidas; a produção de mais-valia se aprofundou através de investimentos em áreas regionais discretas do mundo. A partir deste quadro os ganhos capitalistas estão orientados pela apropriação de excedentes entre empresas ou indústrias em um mesmo país, em distintos países de um bloco econômico, ou nas relações inter-blocos. Enfatiza-se que, a partir da capacidade de se criar rendas tecnológicas possibilita-se adquirir vantagens competitivas que resulta na apropriação de mais-valia relativa através das relações de comércio.

A relação entre o capital e o Estado tem operado através: da liderança de um Estado nacional harmonizado com grupos econômicos oligopolizados que têm o controle do capital em uma economia global; de fusões e incorporações internacional do capital sem a hegemonia de capitais nacionais, suscitando a criação de um Estado mais forte do que o tradicional Estado nacional, a exemplo dos atuais blocos de países que visam criar mercado intrabloco; do argumento de que “o capital não tem pátria” sendo indiferente em relação a qualquer Estado nacional, pois o poder estatal em uma sociedade burguesa é demandado e monitorado pelo interesse do capital.

Em resumo, apreende-se atualmente uma articulação simultânea do movimento do capital em seu viés global e local, pois a reprodução econômica em nível mundial sendo norteadada pelas vantagens competitivas, apresenta-se, de um lado, o fato do capital, demonstrar uma certa indiferença quanto a região ou nação hospedeira, pois a decisão de investimento exige regiões que possibilitem obter as vantagens competitivas nos mercados locais e mundial, de outro lado, observa-se a criação de comércio através da formação de blocos econômicos de nações. Este quadro mostra uma convergência das ações entre o capital empresarial e as nações, pois enquanto os capitalistas procuram local que tenha mercado o Estado supranacional viabiliza a criação de mercado.